

## A República no Brasil: ideais e representações

Marco Túlio Antunes Gomes<sup>1</sup>

Pedro Henrique da Silva Carvalho<sup>2</sup>

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Um dos mais renomados historiadores da contemporaneidade, José Murilo de Carvalho, é graduado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1965), mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford (1969 e 1975), e pós-doutor pela Universidade de Londres (1977). Atualmente, é professor titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Escola de Guerra Naval. Possui uma vasta produção historiográfica, abordando temáticas atuais e relevantes, como cidadania, elites políticas e republicanismo. Nesta última, duas obras merecem destaque: **Os Bestializados**, em que o autor se debruça sobre a participação política da população fluminense no golpe de 1889 e nos primeiros anos do novo regime, e **A Formação das Almas**, que trata dos símbolos adotados pela República.

Se na primeira obra Carvalho constatou a ausência da participação popular, revelando um desarranjo entre cidadania e República, na segunda o autor evidencia de que maneira se buscou a legitimação simbólica deste regime, através da construção de um imaginário popular da República. Para isso, ele se utiliza de um acervo variado de fontes, que inclui bandeiras, pinturas, periódicos e obras publicadas no período estudado, além de monumentos erguidos para homenagear figuras ligadas à proclamação.

Embora o ideal republicano aglomerasse diversas correntes políticas, não havia consenso entre estes elementos acerca do projeto político do novo regime. No primeiro capítulo de sua obra, Carvalho relata de que maneira as ideias republicanas, especialmente as vinculadas à Revolução Americana de 1776 e às da Revolução Francesa, foram incorporadas e alteradas pela elite política e intelectual

---

<sup>1</sup> Graduando em História (PUC Minas) e Ciências do Estado (UFMG).

<sup>2</sup> Graduando em História (PUC Minas).

brasileira. Conforme observa o autor, havia pelo menos três projetos de República: o americano, o jacobino e o positivista. Todos eles, de alguma forma, se colocaram diante da questão da liberdade no novo regime, aderindo a “liberdade dos antigos” ou a “liberdade dos modernos”, questão abordada por Carvalho à luz dos escritos políticos de Constant.

O modelo de República americano era pautado na doutrina utilitarista de Hume, base filosófica marcada pela "predominância do interesse individual, da busca da felicidade pessoal." (CARVALHO, 1990, p. 18). O autor identifica, no processo revolucionário americano, uma hegemonia da “liberdade moderna”, havendo a defesa de direitos individuais, como o de ir e vir e o de propriedade. O projeto republicano americano, essencialmente liberal, foi advogado principalmente pelos proprietários rurais paulistas, defensores da implantação do federalismo no novo regime.

A experiência francesa rendeu a inspiração de outras duas correntes republicanas: a jacobina, que se inspirava na Primeira República, e a positivista, que se espelhava na Terceira. O jacobinismo, composto por setores urbanos como profissionais liberais, jornalistas e estudantes, se revelou amplo defensor da “liberdade dos antigos”, com intervenção direta do povo e o resguardo da igualdade e dos direitos universais. Buscava realizar uma revolução no país, se apropriando de diversos elementos do movimento inspirador, mas logo se mostrou incabível a realidade brasileira. Os positivistas, grupo composto principalmente por militares, se guiavam pela teoria política de Auguste Comte e se preocupavam com a governabilidade e a organização do novo regime. Embora houvesse divergências quanto à manutenção do parlamentarismo, defendiam a instauração de uma ditadura republicana, cujo líder guiaria o país rumo ao estágio positivo. Para Carvalho, esse projeto de República, assim como os demais, não logrou êxito no Brasil. A liberdade dos antigos e a dos modernos dependia necessariamente de um sentimento de identidade nacional, inexistente para o autor, mas que seria preocupação da elite intelectual da Primeira República.

Logo após a proclamação da República, se iniciou uma verdadeira batalha entre os republicanos para se construir uma versão oficial dos acontecimentos, assunto abordado pelo autor no segundo capítulo de sua obra. Os partidários de Deodoro apontavam a implantação do republicanismo como obra estritamente dos militares, porém, não tinham uma ideia concreta sobre o novo regime, buscando

apenas melhores posições. Havia também os defensores do protagonismo de Benjamin Constant no 15 de novembro, colocando-o como idealizador do novo Brasil. A batalha entre os apoiadores de Constant e os dos militares no protagonismo da proclamação da República se fez presente no plano arquitetônico, evidenciado por Carvalho em sua análise dos monumentos que homenageiam os grandes nomes do episódio. A discreta participação civil, reduzida a poucos nomes como Aristides Lobo, Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva, não foi alvo de homenagens arquitetônicas, considerando o forte caráter militar do 15 de novembro. As tentativas de elaboração de um mito fundador republicano auxiliou a firmação dos militares enquanto instituição, retomando, inclusive, o Duque de Caxias como símbolo que eliminasse as divergências existentes na Caserna. Porém, conforme observa o autor, as discordâncias entre os civis e entre estes e os militares, permaneceram.

A busca por um herói que integrasse o panteão cívico do novo regime levou os republicanos a resgatarem a figura de Tiradentes, tema do terceiro capítulo. De acordo com o autor, os heróis “são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva” (CARVALHO, 1990, p. 55). No caso brasileiro, em que se constata a ausência de participação popular na implantação da República, a criação desses símbolos era fundamental. O resgate da figura de Tiradentes foi promovido pelos clubes republicanos a partir da década de 1870, porém foi a descrição presente na obra do monarquista Joaquim Roberto de Souza Silva, tão combatida pelos republicanos, que prevaleceu. O caráter místico do inconfidente, que em diversos pontos se assemelhava ao próprio Cristo, tornou Tiradentes um mártir. O símbolo foi modelado de tal maneira que se tornasse um herói cívico-religioso, não só republicano, mas também nacional (CARVALHO, 1990). Porém, se por um lado à justificação dos mitos republicanos é bem delineada pelo autor, não fica claro de que maneira certos símbolos, como quadros, alguns bustos e obras literárias, auxiliavam na afirmação da República, já que eram mantidos em círculos bem restritos.

Um dos elementos fundamentais do imaginário francês foi o uso da alegoria feminina para representar a república. A adoção de tal representação remonta ao legado da representação feminina grega e romana, imbuída de valores, ideias e sentimentos. Na França, ela passou a ser utilizada logo após a proclamação da República, em 1792. Seja na Primeira ou na Terceira República, a alegoria dominou

a simbologia cívica francesa representando valores como a Revolução, a liberdade e a pátria. (CARVALHO, 1990).

Uma das grandes expressões a esse respeito é o quadro de Eugène Delacroix, **A liberdade guiando o povo**. Há, na imagem, uma mulher de traços populares, com barrete frígio; bandeira tricolor; os seios à mostra; um fuzil na mão esquerda; e envolta de mortos das barricadas de Paris.

O autor ainda discorre sobre a mutação do sentido na alegoria feminina comparando-a a outras obras como **A República**, de Honoré Daumier. A pintura de Daumier se diferencia da efígie combativa de Delacroix, e de **A partida dos revolucionários**, de François Rudé. Em **A República**, há uma figura maternal, protetora, segura e sólida. Nisso, é perceptível a distinção na representação republicana de traços burgueses com uma de apelo Socialista. Foi no período que precedeu a Terceira República que a figura feminina passou a representar a república como forma de oposição ao império. A popularização vem de Marianne, que passou a personificar e unificar as antigas representações (CARVALHO, 1990, p. 78).

Com a Comuna de Paris e a Terceira República, o culto à Marianne, que até então era clandestino e perseguido, tornou-se oficial e necessário. Nos entremeios entre República e socialismo, outros símbolos ganharam espaço e representação. Assim sendo, cada vez mais os símbolos se distanciavam de seu sentido identificado à figura da mulher com a república, acabando por ganhar uma conotação que se aproximava mais da nação.

O vasto arcabouço simbólico francês proveu aos republicanos brasileiros uma riqueza de imagens. Apesar disso, as representações femininas sobre o imaginário coletivo tiveram pouco impacto no Brasil. Na República, pouco se produziu em termos estéticos, salvo por parte dos positivistas. Em virtude disso, o autor elenca possíveis fatores que contribuíram para o fracasso da simbologia feminina no Brasil.

Um deles é a ausência de uma “comunidade de imaginação” ou “comunidade de sentido”, conceito de Bronislaw Baczko. Afinal, símbolos, alegorias e mitos só criam raízes quando há um terreno social e cultural do qual se alimentar (CARVALHO, 1990, p. 89). Na França, o significante não se isolava do significado. Prova disso é que a própria participação feminina foi ativa nas revoluções. No Brasil, pelo contrário, a mulher não competia à vida pública, até mesmo porque o sentido de mulher de vida pública possuía outro significado. Outro fator provinha da

formação que os artistas brasileiros tiveram fora do Brasil, especialmente na França, e, sobretudo por intermédio de patrocínio e ligação com a tradição imperial.

Nos casos do hino e da bandeira, fazia-se necessário uma legislação para legitimar ambos enquanto conteúdo valorativo e político ideológico. Na bandeira, os positivistas lograram ter a sua como oficial, embora o autor atribua seu relativo sucesso a incorporação de elementos da tradição imperial. Nela, conservaram-se o desenho e as cores da bandeira imperial. Houve a permanência de uma cruz no Cruzeiro do Sul (uma cruz leiga vista de bom grado junto aos católicos). Nessa lógica, tanto política como religiosa, Monarquia e catolicismo eram vistas como fases na evolução da humanidade (CARVALHO, 1990, p. 113). Ademais, a bandeira fora acrescida da divisa positivista “Ordem e Progresso”.

Em relação ao hino, os republicanos não o possuíam, porém entoavam a Marselhesa, símbolo que, naquele contexto, remetia tanto a luta revolucionária quanto a própria França. Instituído o governo provisório republicano no Brasil, promoveu-se um concurso que ambicionava musicar a letra que Medeiros de Albuquerque tinha escrito para a república inspirada na Marselhesa. Todavia, em uma manifestação a Deodoro, em 1890, foi pedido que se tocasse o velho hino de Francisco Manuel da Silva. A execução do *Ta-ra-ta-ta-tchin*, segundo o autor, desencadeou o delírio da assistência. Houve até quem chorasse ao ouvi-lo, provavelmente porque muitos dos presentes tivessem lutado na Guerra do Paraguai (CARVALHO, 1990, p. 125).

Ainda segundo o autor, não há registro de resistência à decisão de adesão ao hino ou de que houvesse uma manobra por parte do Major Serzedelo Correia, responsável pela manifestação. De todo modo, ele respondia ao anseio popular. Ao hino de Francisco Manuel da Silva foi dada a letra de Osório Duque Estrada, pois a letra original já havia caído em desuso. (CARVALHO, 1990, p. 127)

Por fim, o capítulo seis trata do segmento que mais se empenhou na manipulação dos símbolos, os Positivistas. O capítulo se subdivide em duas ideias centrais, o impacto das ideias de Comte, bem como traços de seu pensamento, marcado por seu contato com Clotilde de Vaux. A outra ideia passa pela concepção tático-política que deveria ser adotada no Brasil pelos positivistas. Sobre essa última, tal atuação se deu de modo irônico, quando não contraditório. Além de desacordos e muitas vezes visões distintas da corrente francesa, houve uma inadequação dessas ideias a realidade brasileira. Travando diversas batalhas no

campo das representações, suas ações simbólicas encontrariam guarida nas tradições cravadas na cabeça e na alma dos populares. Desse modo, o pouco de imaginário republicano que existiu deve-se, de fato, aos positivistas.

Tendo em vista toda a argumentação apresentada por Carvalho, concluiu-se que as correntes republicanas não foram capazes de elaborar um imaginário popular republicano satisfatório. Dos poucos aspectos em que houve algum êxito, esse se deu por meio de bases assentadas na tradição imperial ou apoiadas em valores religiosos. Não por acaso, a busca por produzir um cabedal simbólico foi insuficiente para quebrar o obstáculo criado pela falta de participação popular na efetivação do novo regime. Nos dizeres do autor: “A República ganhou cedendo lugar à tradição”.